

Alexandre Herculano e a construção da cultura/literatura nacional

Carlos Manuel Ferreira da Cunha
(Universidade do Minho)

À primeira vista, há algo de aporético no facto de Herculano, que revolucionou a historiografia portuguesa ao depurá-la dos seus mitos, se dedicar à escrita das suas *Lendas e Narrativas*, conferindo credibilidade ao maravilhoso, que recolhe de fontes documentais. Porém, ao narrar os elementos "fantásticos" da tradição e o maravilhoso nacional, cumpria o desiderato bem romântico de fundar uma cultura nacional autónoma, de promover o amor da pátria, a renascença da poesia nacional e popular e o estudo das primitivas fontes poéticas, onde pensa encontrar a fisionomia do povo e das suas tradições. Em "Poesia: Imitação, Belo, Unidade" (1835), Herculano sintetiza este ideal:

"Diremos sómente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma litteratura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nosso tempos historicos, os quaes o Christianismo com sua doçura, e com o entusiasmo e o caracter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais bellos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradaveis para elles, mas para nós e as mais das vezes inharmonicos com as nossas idéas moraes: que os substituam por nossa mythologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela philosophia e pela moral na lyrica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos" (1898 [1835]: 69).

Assiste-se assim a um processo de mitologização literária da individualidade nacional (popular), ao mesmo tempo que no plano da historiografia Herculano desconstrói as "mitologias" do Antigo Regime, que consagravam o "direito divino" e a ordem vigente. Nas palavras de A. P. Lopes de Mendonça, "Herculano abalançou-se a **fabricar a nossa individualidade nacional**, perdida e desfigurada em narrações soltas, em phantasias sem authenticidade, e sem valor scientifico." (1855: 114; destaque nosso). É neste plano da fundamentação da soberania popular que a imaginação literária (idealização da Idade Média) e a história como ciência se encontram. Com efeito, a construção das "histórias nacionais" é, como a história literária, um fenómeno oitocentista. A história da "nação" é um género discursivo novo, em contraposição com a história dos monarcas. O modelo narrativo da história nacional, segundo Anne-Marie Thiesse, é fornecido pelo romance, em particular pelo "romance histórico", funcionando a história como uma espécie de "romance nacional", de *Bildungsroman*: "Elle doit mètre en évidence la continuité et l'unité de la nation

comme être collectif au travers des siècles, en dépit de toutes les oppressions, de tous les revers, de toutes les traîtises." (2000: 55).

Por outro lado, a "mitologia nacional" e o maravilhoso cristão e popular que Herculano postula para a poesia narrativa, bem presentes na *Dama Pé-de-Cabra*, em que recria ironicamente as crenças medievais (bruxas e encantamentos), e que Garrett defende na segunda estrofe de *D. Branca*, têm ainda claras implicações políticas:

"A nova mitologia romântica tinha a ver, supostamente, com a anterioridade de um antiquíssimo 'espírito do povo', que sobrevivera a despeito do cerceamento absolutista e do constrangimento inquisitorial, e que emergia agora, em todo o esplendor nas instituições liberais. Nesta perspectiva, o apostolado de uma poesia nacional, que reflectisse a mitologia nacional, era, no plano criativo e estético, a assunção do princípio da soberania nacional no plano político." (Catroga e Carvalho, 1996: 48).

De modo particular nas *Lendas e Narrativas*, é patente na reconfiguração da Idade Média o idealismo religioso e cavaleiresco, o amor pátrio e a coragem dos portugueses face a um presente visto como degenerado. Mas também aí se mostra a adesão à "monarquia liberal" de D. João I, que serve de modelo a uma monarquia representativa. N' "O Pároco da Aldeia", apesar de ser uma narrativa contemporânea, Herculano defende no "Excurso patriótico" os sete séculos de monarquia e a importância da religião católica para a coesão nacional:

"A lingua e a religião são as duas cadeias de bronze, que unem, no correr dos tempos, as gerações passadas ás presentes, e estes laços, que se prolongam através das eras, são a patria. A patria não é a terra (...) é o complexo de familias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças e, até, pelo sangue."; "Uma nação não é só metaphoricamente uma grande familia: é-o tambem no rigor da palavra." (1900, II: 185-6).

N' *O Panorama*, que dirigiu e onde publicou grande parte das *Lendas e Narrativas*, logo no número inaugural (6/5/1837), Herculano explana este intuito patriótico, manifestando o objectivo de fomentar a regeneração nacional através da divulgação do património cultural da nação, com um "virtuoso e patriotico proposito":

"Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos paizes mais illustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrucção variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accomodando-o ao estado de atrazo, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilização da sua Patria.

Sinceramente confessámos a nossa decadencia intellectual: com a gloria das armas morreu a nossa gloria litteraria"; "Anjos despenhados, procuremos subir outra-vez as alturas de que, não nós, mas sim torrentes de calamidades publicas nos precipitaram. Trabalhemos por nos instruir e melhorar nossos costumes, augmentando a civilisação nacional. É esta a mais bella resposta, que podemos

dar ás accusações dos estranhos: é esta a unica resposta digna do character generoso, que nossos avós nos herdaram, e que não acabou de todo atravez de tres seculos de decadencia." (1837: 2).

Similar é a motivação de Alexandre Herculano ao compor a *História de Portugal*. Na advertência da primeira edição afirma que para "dar ao seu país uma história, se não boa, ao menos sincera, é necessário, creio eu, algum amor da pátria" (1980 [1846], I: 16). No contexto histórico de decadência que diagnostica, considera um imperativo moral escrever a história nacional: "No meio de uma nação perdida, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral, é uma especie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime." (1843: 12). A mesma tarefa incumbe à arte: "Que a arte em todas as suas fórmulas externas represente este nobre pensamento - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eccho das eras poetichas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados." (*ibid.*). Aliás, no início dos "Apontamentos para a Historia dos Bens da Corôa e dos Foraes", considera que a falta de amor das "velhas cousas da patria (...) é indicio certo da morte da nacionalidade, e por consequencia do estado decadente e da ultima ruina de qualquer povo." (1843: 338). Também na introdução aos *Portugaliae Monumenta Historica* pode ler-se: "Movida pelo amor da patria e por uma nobre emulação, a Academia Real das Sciencias de Lisboa quiz dotar o seu paiz de uma colleção analoga às que successivamente se tem publicado e continuam a publicar em Alemanha, em França, em Inglaterra, em Italia e em outras partes" (1856, I: VI).

No volume III d' *O Panorama*, ao falar da obra de Fernão Lopes, dá o exemplo de países que recuperam o passado, as suas lendas e tradições, apontando-os como um exemplo a seguir em Portugal:

"Desenterra a Alemanha do pó dos cartorios e bibliotecas seus velhos chronicões, seus poemas dos Nibelungos e Minnesingers; os escriptores encarnam na poesia, no drama e na novella actual, as tradições populares, as antigas glorias germanicas, e os costumes e opiniões que foram: o mesmo fazem, a Inglaterra de hoje á velha Inglaterra, e a França de hoje á velha França: os povos do Norte saúdam o Edda, e os Sagas da Islandia, e interrogam com religioso respeito as pedras runicas cubertas de musgos, e sumidas no amago das selvas: todas as nações, emfim, querem alimentar-se e viver da propria substancia. E nós ? Reimprimimos os nossos chronistas ? Publicamos os nossos numerosos ineditos ? Revlvemos os archivos ? Estudamos os monumentos, as leis, os usos, as crenças, os livros, herdados de avoengos ?" (nº 112, 1839: 196-7).

Mais optimista é a sua perspectiva no volume V, ao referir-se à arqueologia portuguesa:

"Hoje que a arte começa a deixar de ser entre nós imitadora, pagaã, e falsa; hoje que a poesia se torna nacional; hoje que o drama renascendo no theatro vai buscar a sua tela e as suas personagens na historia patria" (nº 230, 1841: 308-9).

E de seguida refere-se mesmo à novela histórica nos jornais populares e à necessidade de desenterrar as crónicas e os diplomas, os monumentos da arqueologia portuguesa, sendo na sua opinião um jornal popular o repositório mais indicado para entesourar essas riquezas históricas.

Em suma, Herculano procura a construção da cultura nacional a vários níveis, fomentando a instituição de um "imaginário nacional" (Anderson, 1996) mediante a "invenção das tradições nacionais" (Hobsbawm e Ranger, 1983), em particular ao nível da historiografia, através da elaboração da "narrativa da nação" (Bhabha, 1990). Ele afirma-o claramente, ao associar a motivação identitária referida e uma concepção organicista da nação, concebendo a sua história como "as biographias dos individuos collectivos" que são as nações (Herculano, 1881 [1842]: 125). Na primeira das suas "Cartas sobre a História de Portugal", Herculano explicita esta nova forma de conceber a historiografia, influenciado por Thierry e Guizot:

"como eu concebo que ella se [a história portuguesa]-deveria escrever - historia não tanto dos individuos como da Nação - historia que não ponha á luz do presente o que se deve ler á luz do passado - historia, emfim, que ligue os elementos diversos que constituem a existencia de um povo, em qualquer epocha, em vez de ligar um ou dous desses elementos, não com os outros que com elles coexistem, mas com os seus affins na successão dos tempos" (1881[1842]: 317).

Mas as tradições e as lendas também têm um forte cabimento nesta construção da nação e da sua história. Na advertência à primeira edição das *Lendas e Narrativas*, para além de reclamar o seu pioneirismo na fundação do romance histórico entre nós, propõe-se "popularisar o estudo daquella parte da vida publica e privada dos seculos semi-barbaros que não cabe no quadro da história social e politica." (1900, I: IX). Mas cabe no plano literário e cultural, na medida em que crê que a literatura e a sociedade nacional estão interligadas, como é visível, v.g., no paralelo que estabelece entre o "espírito da época" e a literatura, a propósito das novelas de cavalaria, onde se expressariam os ideais medievais da honra, da valentia e do amor, plasmados no sentimento religioso e nas cruzadas:

"como escaparia a litteratura de ser dominada por ellas ?"; "Era esta a litteratura daquelles seculos, nem outra podia ser: a imaginação dos poetas e novelleiros não alcançaria espraiair-se além das formas da sociedade de então; porque a litteratura de todas es epochas sem exceptuar a nossa, não é mais do que um echo harmonioso, ou um reflexo resplendente das idéas capitaes, que vogam em qualquer dellas." (1898 [1838-40]: 87-8).

Entre 1837 e 1840 Herculano escreve n' *O Panorama* diversos artigos sobre o teatro e o folclore medievais. Neles está sempre presente a ideia de que é da articulação da obra com o seu meio e a sua época que resulta a "unidade" e a beleza da poesia, que se deveria fundar na harmonia entre a obra e a "ideia", na

concordância com o seu tempo, de que resultariam o belo e o sublime, como n' *Os Lusíadas* (1898 [1835]: 56-67). A literatura, diz, devia corresponder à sua época e porque o génio sentiu necessidade de beber as suas inspirações num mundo de ideias análogas às do seu tempo, assistiu-se à criação na Europa de "uma poetica nova, ou digamos antes, a fazer abandonar os canones classicos." (1898 [1834]: 7). A arte moderna exigia assim a necessidade de representação das circunstâncias históricas, da vida social, obrigando o poeta a ser ao mesmo tempo poeta e historiador, dando conta da vida social da época que retrata, da verdade histórica e local (1898 [1842: 243-52).

No entanto, no volume IV d' *O Panorama*, apresenta uma curiosa aproximação entre a novela e a história, em nome da recuperação do passado na sua totalidade, afirmando mesmo que a novela pode conter uma verdade que escapa à história:

"Quando o caracter dos individuos ou das nações é sufficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as chronicas desenharam esse caracter com pincel firme, o novelleiro póde ser mais veridico do que o historiador; porque está mais habilitado a recompor o coração do que está morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa."; "Esta é a historia intima dos homens que já não são: esta é a novella do passado. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo, ou De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades que boa meia-duzia de bons historiadores." (1840: 243).

N' "O Bispo Negro", afirma ainda outra diferença: "A historia conta-nos o facto; a tradição os costumes. A historia é verdadeira, a tradição verosimil; e o verosimil é o que importa ao que busca as lendas da patria." (1900, II: 56). Mas em nota final não resiste a mostrar as origens da lenda, pendendo para a demarcar da verdade histórica. Aliás, nas *Lendas e Narrativas*, a ironia romântica de Herculano está bem patente, de modo particular em *A Dama pé-de-cabra*, inspirando-se no Nobiliário do Conde D. Pedro. No final, o narrador, invocando a ausência de mais fontes, silencia o seu discurso: "Como não quero improvisar mentiras (...) não direi mais nada." (1900, II: 51). E, no entanto, trata-se de um "Rimance de Um Jogral" do século XI"que invoca alguma verosimilhança para a sua lenda fantástica ao afirmar que a leu "n' um livro muito velho, quasi tão velho como o nosso Portugal. E o auctor do livro leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares." (1900, II: 7). A ameaça aos auditores que neguem "esta certissima historia" é serem "dez vezes mais descridos do que S. Thomé" (*id.*:7-8). No segundo nível da narrativa (a Trova segunda), em que intervém D. Inigo Guerra, este conta ao seu pagem a história do seu pai, Diogo Lopes (que ouvira de um abade), que tinha casado com uma alma penada, pois a história dessa "mulher das serras" "Está escripta ha mais de cem annos na ultima folha de um sanctoral godo do nosso mosteiro." (*id.*: 19). E aí se contava a história do conde Argimiro.

Herculano joga assim com a fonte histórica da lenda da *Dama pé-de-cabra* e com os elementos históricos da época (guerras, reinados), que emprestam credibilidade a um conjunto de enredos que

"inventou" e enxertou na lenda central. O fantástico emerge assim do histórico e justifica-se historicamente como uma recriação da mentalidade das épocas passadas. A presença do elemento jogralesco é também evidente em "A Abóbada", onde aparece a representação de um auto que segundo o narrador "reflecte o autor da antiga chronica de que fielmente vamos transcrevendo esta veridica historia"; "a precedente loa (obra mui prima de certo leigo, afamado jogral daquelle tempo)" (1900, I: 250).

Em todos os seus textos, Herculano parte da sua erudição histórica e de textos de natureza histórica, com o intuito pedagógico de divulgar a grandeza pátria durante a Idade Média, e antes do período de decadência da nação, que data do início da centralização monárquica.

Esta narrativa é aplicada à literatura portuguesa, que reflectiria a evolução da nação, e está explanada no "Elogio histórico de S. X. Botelho" (1842) e no seu famoso artigo de 1834, no *Repositório Literário*, em que se interrogava: "Qual é o estado da nossa literatura ? Qual é o trilho que ella hoje tem de seguir ?". A resposta não era favorável e diagnosticava uma decadência similar à que postulava na história geral: "Estas duas perguntas pedem nada menos do que a dolorosa confissão da decadencia em que se acha em Portugal a poesia e a eloquencia, e o encargo difficultoso de indicar os meios de melhoramento no ensino e no estudo d' ellas." (1898 [1834]: 3). Em relação ao teatro, concluía a sua análise sobre as "Origens do teatro moderno" com a afirmação de que desde Gil Vicente e a sua escola "o theatro português foi caindo e podemos dizer que nunca mais tornou a restaurar-se." (*id.* [1837]: 84).

Com efeito, Herculano alterou a visão tradicional da história da literatura portuguesa ao valorizar e Idade Média e ao considerar o Renascimento como o início da sua decadência, começando por criticar a visão iluminista da Idade Média: "[as] chamadas trevas da idade média não eram mais que a chrisalida de uma civilização maior e melhor que a grega e romana, de uma civilização cuja aura vital era a grande transformação religiosa chamada o christianismo" (*id.* [1840]: 188). Em relação à evolução do teatro, enfatiza a génese do drama moderno nas representações religiosas da Idade Média (mistérios e autos), inspiradas no "ideal" epocal (paixões, caracteres, situações), que teve continuidade na Espanha e na Inglaterra no século XVII e no drama romântico (*id.*: 191-3). Em Portugal, considera que o "espírito cavaleiresco" prevaleceu desde os últimos anos do reinado de D. Fernando até D. Afonso V (antes eram muito rudes, mas depois eram demasiado cidadãos para serem cavaleiros), salientando os "cavaleiros-modelo" na corte de D. João I (*id.*: 88-9), cujo reinado diz ter sido a época mais favorável para as letras, até D. Manuel I (*id.*: 101-2).

A cultura aristocrática renascentista teria rejeitado o teatro medieval e preferido o teatro dos antigos, razão pela qual, a par dos factores políticos, Herculano considera o século XVI como um século de

decadência, na medida em que o absolutismo monárquico anulou as instituições primitivas e a Renascença apagou as tradições nacionais. A poesia romana, afirma, mudou o carácter da poesia moderna e a sociedade deixou de ser nacional e cristã para se tornar pagã e estrangeira.

Em termos literários, Herculano marcava o início da decadência com o marinismo e o gongorismo (como Garrett), que "transviou da legitima direcção todos, ou quasi todos os escriptores da epocha chamada do seiscentismo", que abusaram da metáfora e das formas em detrimento das ideias (*id.* [1834]: 4). A Arcádia, continua Herculano, remediou este erro e devolveu "as letras á severa singeleza das puras fórmas da Grecia", mas sem qualquer inovação. A submissão obediente à autoridade dos antigos, conclui, "contribuiu muito para a posterior decadencia." (*id.*: 5).

Algo diferente á a leitura que Herculano efectua do "seiscentismo" em 1842. No seu entender, o seiscentismo foi uma reacção ao domínio clássico do renascimento, que abafou a "poesia nacional, balbuciante ainda" e "mudou o character da poesia moderna", "christã e nacional" (*id.* [1842]: 211-2). Por isso, segundo Herculano, o "seiscentismo" foi uma tentativa de restauração da nacionalidade no plano literário, que falhou por não ter sido acompanhada pela restauração social completa da vida nacional anterior às influências romanas. Assim, a uma escola antinacional sucedeu uma escola "falsa" e "ridícula" (*id.*: 213). Deste modo, o "gongorismo" transforma-se numa espécie de libertação equivalente à do romantismo, tendo este triunfado porque a revolução literária que a geração romântica realizou era o resultado de "largas e profundas meditações, veio com as revoluções sociais e explica-se pelo mesmo pensamento destas." (*id.*: 219). Bocage, ao tornar a poesia popular e Filinto Elísio, "completando pela nacionalidade o plebeismo da arte", estão na origem da revolução artística que teve em *D. Branca e Camões* o sinal da revolta. O Romantismo aparece assim com um carácter nacional de teor demoliberal. Herculano compara mesmo Bocage aos trovadores, por comover os ânimos das classes não privilegiadas, que durante três séculos foram excluídas da poesia. Por fim, Herculano refere o Romantismo emergente, mas denuncia a falta de uma teoria e de uma poética novas que permitissem compreender e enquadrar historicamente este movimento.

A leitura de Herculano da decadência coloca-se ao serviço da revolução liberal, que aparece como uma proposta redentora para uma decadência secular, em oposição à reacção absolutista e ao clericalismo, visando repor um modelo sociopolítico que teria conduzido ao apogeu da nação, representado pelo sistema constitucional da Idade Média ("monarquia liberal": cortes, forais, municipalismo), considerado modelar por ter, segundo Herculano, conciliado a liberdade individual com a autoridade do Estado:

"O principio da liberdade pertence incontestavelmente á idade media, porque, se não me engano, a liberdade não é mais que a facilitação da variedade nos actos humanos, e a variedade é, como tenho repetido, o character essencial d' essa

época. O principio da egualdade dos direitos e deveres fêl-o porém surgir, e converteu-o em facto geral, o predomínio da monarchia." (1881 [1842]: 153-4).

Daí, afirma, a conveniência de estudar exclusivamente, ou de preferência, a história da Idade Média, se se pretende tirar aplicações da história para a vida presente.

Na quinta e última das suas *Cartas sobre a História de Portugal*, Herculano estabelece uma divisão periodológica em dois grandes ciclos ou fases, o da Idade Média, com a constituição e virilidade moral da Nação (origens e progresso), e o do Renascimento (D. João II), que acarretou uma rápida decadência. O liberalismo burguês e moderado era, para Herculano, uma tentativa de restaurar o sistema político medieval e o desenvolvimento lógico das instituições medievais:

"Em dois grandes cyclos me parece dividir-se naturalmente a historia portugueza, cada um dos quaes abrange umas poucas de phases sociaes, ou épochas: o primeiro é aquelle em que a nação se constitue; o segundo o da sua rapida decadencia: o primeiro é o da idade média; o segundo o do renascimento." (*id.*: 133).

Ao mesmo tempo, porém, alterava a visão tradicional da literatura portuguesa ao valorizar a Idade Média e ao considerar o século XVI como um século de decadência. Por um lado, contrariava a visão iluminista da Idade Média, e por outro desvalorizava a cultura renascentista e a "idade de ouro" da história de Portugal. A Renascença é vista por Herculano como época de decadência porque teria pervertido a "indole nacional" e o equilíbrio medieval entre a liberdade e a autoridade, em consequência da anulação, pela monarquia absoluta, dos elementos feudal e municipal, sentenciando de morte o "organismo social". Na base desta afirmação está a concepção organicista de Herculano, segundo a qual os factos "teem sempre origem na indole intima da sociedade, na natureza da sua organização." (*id.*: 142). Era com base nesta lógica que Herculano pretendia explicar a antiga "força moral" da sociedade e o seu posterior apagamento:

"a solução d' esse mysterio da força e esplendor do reinado subsequente [D. Manuel I], e da rapidez quasi incrível com que tudo isso se abysmou em pouco mais de sessenta annos." (*id.*: 143); "a decadencia da nação portugueza, começando aparentemente nos ultimos annos do reinado de D. João III, principia essencialmente nos primeiros do reinado precedente, ou, com mais rigorosa data, nas côrtes d' Evora de 1482" (*id.*: 143-4).

É esta a data do início da "dissolução social", que se agravou na expansão, acarretando a "corrupção moral", pelo que debaixo do brilho aparente da época estava já "o corpo enfermo da sociedade portugueza, que apressava a sua hora de morrer com a febre das conquistas" (*id.*: 144). Por isso, para Herculano, os descobrimentos e as conquistas foram manifestações inorgânicas, sem força vital e criadora: "Pervertida a indole nacional, enfraquecida a energia interior do povo, o poderio exterior começa a desmoronar-se logo: o primeiro symptoma de morte claro e indubitabel apparece no desamparar as praças d' Africa em tempo de

D. João III." (*id.*: 160). Por outro lado, segundo Herculano, a Renascença fez com que a sociedade tivesse abandonado o "progresso natural e logico da civilização moderna para se lançar na imitação necessaria, mas bastarda, da civilização antiga" (*id.*: 145).

O que explicava que no século XVI tivessem surgido homens extraordinários era, segundo Herculano, o facto de essa geração ter sido "educada pelo seculo anterior": "tinham conhecido o nosso ultimo rei cavalleiro; tinham sido educados na época da robustez moral da nação. O seculo decimo sexto nada mais fez que aproveitar a herança da idade média." (*id.*: 138).

Na sequênciã de Herculano, e em parte de Garrett, a Renascença passa a ser condenada e consagra-se a Idade Média como a época "nacional" e "popular" por excelência, não só em termos culturais (pela originalidade nacional), mas sobretudo em termos políticos, porque representava o equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, servindo de "exemplo" à monarquia representativa do liberalismo.

É pois para a Idade Média que convergem a historiografia e a obra romanesca de Herculano. As lendas e a história, a história lendária e as lendas históricas servem o intuito, como referimos, de fundamentar uma "narrativa da nação" cultural e histórica, remontando às origens da nacionalidade e à Idade Média o seu período de grandeza. Nas *Lendas e Narrativas*, esse momento áureo é equivalente ao que Herculano postula na historiografia. Assim, são constantes as referências à grandeza do "velho Portugal" em oposição à sua degeneração no presente, mediante exemplos e símbolos da colectividade nacional. Em "Arras por foro de Hespanha", essa grandeza é simbolizada pela cidade do Porto:

"Rudeza e virtude são muitas vezes companheiras; e entre nós, degenerados netos do velho Portugal, talvez seja elle [o Porto] quem guarde ainda maior porção da desbaratada herança do antigo character português no que tinha de bom, e no que tinha de máu, que não passava de algumas demasias de orgulho." (pp. 148-9).

Em "A Abóbada", para além do Mosteiro da Batalha, um "immenso livro de pedra", "a minha Divina Comedia", no dizer de Afonso Domingues, que "escrevera sobre o marmore o hymno dos valentes d' Aljubarrota" (1900, I: 295), essa valorização está presente no carácter de D. João I, "parente do povo por sua mãe" (*id.*: 283), cuja palavra valia "por ser palavra de cavalleiro português daquelles tempos, em que tão nobres affectos e instinctos havia nos corações de nossos avós que de bom grado lhes devemos perdoar a rudeza." (*id.*: 280-1). Estas exortações à nação são proferidas através do uso da primeira pessoa do plural ou dos pronomes possessivos, como n' "O Lidador", em que o narrador condena a eventual descrença na narrativa como prova de falta de patriotismo:

"Quem hoje ouvir recontar os bravos golpes que no mez de julho de 1170 se deram na veiga da fronteira de Béja, notá-los-ha de fabulas sonhadas; porque nós, homens corruptos e infraquecidos por ocios e prazeres de vida afeminada, medimos por nosso animo as

forças e o animo dos bons cavalleiros portugueses do seculo XII; e todavia, esses golpes ainda soam, através das eras, nas tradições e chronicas, tanto christans como agarenas." (1900, II: 94)

Com a sua concepção voluntarista da nacionalidade, acreditando que os moçárabes (cristãos resistentes à dominação islâmica), com suas comunidades concelhias (com expressão pura nas Beiras), eram herdeiros do municipalismo romano, fascinado com a monarquia representativa da Idade Média, Herculano, ao pulverizar o mito de Ourique, criou outra mitologia nacional romanceada, fundando a seu modo uma dupla mitologia da nação, com a sua Idade Média idealizada como Idade de Ouro da nação e a recuperação, de índole bem romântica, de um "imaginário nacional" que nos proporcionou a consciência nacional de uma "comunidade imaginada", e configurou a emergência de uma "literatura nacional", da literatura portuguesa.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict (1996)- *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso [7ª reimpressão da 2ª ed. revista, de 1991].
- BHABHA, Homi K. (ed.) (1990)- *Nation as Narration*. London/New York: Routledge.
- _____(1994)- *The location of culture*. London/New York: Routledge.
- CATROGA, Fernando e CARVALHO, Paulo A. de (1996)- *Sociedade e Cultura Portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta.
- HERCULANO, Alexandre (1839)- "Historiadores Portuguezes. I- Fernão Lopes", *O Panorama*, vl. III, nº 112, pp. 196-7.
- _____(1839a)- "Obras de J. B. d' Almeida Garrett - 18 volumes: Prospecto", *O Panorama*, vl. III, nº 112, pp. 199-200.
- _____(1843)- "O Bobo. I. Introdução", *O Panorama*, vl. 2º, Série 2ª, pp. 10-12.
- _____(1856)- *Portugaliae Monumenta Historica*, vl. I, *Scriptores*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- _____(1881)- *Opúsculos*, t. V, Controversias e Estudos Históricos, t. ii. Lisboa: Viúva Bertrand e Cª.
- _____(1898)- *Opúsculos*, Tomo IX, *Literatura* - Tomo I, 3ª ed., Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Francisco Alves.
- _____(1900)- *Lendas e Narrativas*, 2 ts., 8ª ed. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão [1851].
- _____(1907)- *Opúsculos*, t. I - *Questões Publicas*, 1ª edição brasileira (cuidadosamente revista). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves [1873].
- _____(1980)- *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, t. I, prefácio e notas de José Mattoso. Lisboa: Bertrand [1846].
- _____(s/d)- *Cartas*, t. I e II. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- HOBSBAWM, Eric (1983)- "Introduction: Inventing Traditions", in, HOBSBAWM, Eric e RANGER Terence (ed.s) (1983), pp. 1-14.
- _____(1983a)- "Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914", in HOBSBAWM, Eric e RANGER, (ed.s) (1983), pp. 263-307.
- _____(1997)- *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, 2ª ed. New York/Melbourne/London: Cambridge U. P. [1990].
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (ed.s) (1983)- *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge U. P.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de (1855)- *Memorias de Litteratura Contemporanea*. Lisboa: Typographia do Panorama.
- THIESSE, Anne-Marie (1999)- *La Création des Identités Nationales. Europe XVIII.e-XX.e siècle*. Paris: Seuil.
- _____(2000)- "Des fictions créatrices: les identités nationales", *Romantisme. Revue du dix-neuvième siècle*, 110: 51-62.